

Ata número oito

ATA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Aos 10 dias do mês de outubro dois mil e dezoito, pelas 21:00 horas, no Auditório Municipal de Belmonte, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista Partido Socialista - PS:

Licínio Fernandes Benedito, Ana Sofia Garrido Pereirinha em substituição de Joana Gabriela Clara Quelhas, José Carrola Feliciano, Luís Miguel Gomes de Jesus, Pedro Miguel Fonseca Catalão e Manuel Firmino Cameira

Da lista Trabalho, Verdade e Mudança - PPD/PSD.MPT:

José Carlos Dias Duarte Gonçalves, António Luís Nave d'Elvas, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos e Patrícia Isabel de Elvas Eusébio

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

José Alberto Pires Gonçalves

Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Pereira Carrola Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Daniel Trindade Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Alves Martins Velho.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 18 presenças, com a ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Sequeira Cruz. Deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa e que se transcreve:

Face ao referido deu-se início ao cumprimento do ponto.

1 - Discussão do anunciado Encerramento dos CTT em Belmonte.

O Presidente da Mesa da Assembleia, tomou a palavra para informar que esta reunião é aberta ao público para intervenções que seja sejam coerentes bem como pedidos de esclarecimentos sobre o assunto a debater, contudo solicita que as mesmas sejam breves.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha tomou a palavra para informar que atendendo ao ponto que vai ser discutido contava com a presença de mais munícipes, uma vez que todos devemos estar mobilizados para a defesa dos interesses da população.

Referente ao assunto do Encerramento dos CTT de Belmonte o Sr Presidente da Câmara informa que vai fazer esta sexta-feira 15 dias foi contactado na Câmara Municipal por um "senhor" que não conhecia que, se apresentou como Francisco Castelo Branco e que seria o responsável pelas relações públicas do Centro dos CTT.

Este veio comunicar que até ao final do ano irá ser encerrada a estação do CTT, não sabendo se ficaria naquele local ou se iria mudar para outro, tendo questionado se a Câmara Municipal estaria interessada em ficar com a estrutura ou a Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha informou que estava muito ocupado, não podendo dar uma resposta de imediato, pelo que solicitou ao mesmo que oficializa-se a Câmara Municipal desse encerramento.

Este informou o senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha que não iria ser feito mais nenhuma oficialização além desta que estava a fazer.

Informou que caso não seja aceite pela Câmara Municipal ou pela Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, iriam procurar um particular para tomar conta da estrutura dos CTT.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha informou que estava surpreendido pela forma de contato da Administração dos CTT, uma vez que têm a obrigação de contactar a Câmara Municipal por escrito e, que tem muitas dúvidas na legalidade do que estão a fazer.

A população da Vila de Belmonte, nomeadamente a mais envelhecida não merece este tipo de comportamento, pelo que de imediato irá ser feito um comunicado a população.

Solicitou-se ao advogado Dr. João Malhadas Teixeira, representante do escritório de advogados de Lisboa que representa a Câmara Municipal a estar presente nesta reunião para ajudar e aconselhar nas medidas a tomar caso seja necessário.

O encerramento da estação dos CTT é uma perda pelo que, devemos lutar pela sua manutenção e que, a população de Belmonte mais carenciada necessita deste serviço, não devendo ceder a esta decisão.

Com algum agrado assiste-se agora que é a Associação de Municípios Portugueses (ANMP) que denuncia publicamente situações graves de incumprimento das concessões do serviço público postal, porque contrariamente ao acordado com a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) e com o governo, os CTT têm vindo a "promover o encerramento de estações dos correios em sedes de municípios" o que é ilegal.

Assim, um dos primeiros passos da Câmara Municipal será solicitar ao Governo uma cópia do contrato de concessão assinado entre o Governo e os CTT para que seja possível saber o que fazer.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha reconhece que é uma luta difícil, mas que vai fazer chegar a sua indignação ao Senhor Primeiro Ministro, ao Partido Socialista, aos deputados da Assembleia da república e do distrito de Castelo Branco, esperando que todos juntos consigamos ter alguma voz e consigamos reverter esta situação.

O Governo tem de olhar para esta situação e muito mais para o interior, quando diz que está preocupado com a interioridade e que quer criar melhores condições no Interior, então é fechando estações de CTT, balcões da Caixa Geral de Depósitos e postos da GNR.

Que haja a coragem do Governo de reverter esta situação, nacionalize os CTT pois nunca deviam ser privatizados como instituição com a importância e relevância que tem para as nossas populações para o que achamos que é o desenvolvimento e o progresso e que devemos ter no futuro.

O encerramento é a política da empresa, que vai fechar 22 estações de correios e, não é nenhuma no litoral porquê?

É falado o encerramento de Belmonte, Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova, Penamacor, Manteigas, Fornos de Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo.

Até hoje a única pessoa que o contactou, foi a Dr.^a Hortense Martins, deputada do PS por Castelo Branco, que informou estarem a ser feitos todos os esforços no sentido de haver a reversão destas medidas.

Garante que não vai ser fácil, a não ser que o governo tenha a coragem e a determinação de tomar alguma posição.

Patrícia Eusébio (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra apresenta a sua intervenção que se transcreve:

“Estamos hoje reunidos nesta sala, frente a frente com um maior número de municípios, pois esta é com certeza uma problemática que afeta ou afetará pessoalmente cada um dos que habita o concelho e bem assim todos os outros que dos concelhos vizinhos aqui trabalham ou aqui se deslocam para tratar dos seus assuntos burocráticos.

Recentemente foi anunciada a possibilidade de encerramento da loja dos CTT situada na vila de Belmonte, uma solução que de acordo com os CTT consiste no crescimento e eficiência operacional dos correios de Portugal.

No passado mês de dezembro foi anunciado pela administração dos correios de Portugal que seriam encerradas 22 lojas em Portugal continental e insular, medida inserida no Plano de Transformação Operacional que entre outros objetivos visa:

- Ajustar as políticas de Recursos Humanos e aumentar o esforço de redução dos gastos com o fornecimento dos serviços externos;
- **Reforçar o programa de otimização de Recursos Humanos e racionalizar ativos não estratégicos;**
- Otimizar a rede de lojas mantendo a proximidade com os cidadãos;
- **Reorganizar a rede de distribuição para melhorar a eficiência operacional;**

Efetivamente e a título pessoal não entendo nada disto como uma problemática, pois o objetivo das empresas privadas foca-se na maximização dos lucros.

Assim, o problema para mim tem outro centro. E estou aqui de forma livre e apartidária para poder dizer abertamente que o problema que hoje estamos aqui a debater, na minha opinião nasce em 2011, quando PS, PSD e CDS-PP assinaram o acordo com a troika onde constava a privatização dos CTT, que viria a ser concretizada em duas fases, em 2013 e 2014. Pelo caminho, foi nomeada uma equipa de gestão para a empresa, então ainda pública, com um mandato muito claro: **torná-la atrativa para ser vendida.**

Os CTT eram uma empresa lucrativa, das mais lucrativas das empresas públicas. Nos sete anos anteriores à privatização (entre 2007 e 2013) apresentou, em média, lucros superiores a 50 milhões de euros.

No mesmo período, a preparação da privatização impôs a saída de quase 3 mil trabalhadores, o encerramento de mais de 300 estações e 85 centros de distribuição postal, e o fim de mais de 1500 giros.

Ao todo, na última década, foram encerradas mais de 500 estações e postos dos CTT. A degradação do serviço público prestado intensificou-se, havendo zonas do País onde o correio passou a ser distribuído uma vez por semana e registo de atrasos que já chegaram a duas semanas na entrega dos vales postais com as pensões de reforma – a título de exemplo.

Do ponto visto legal, a Constituição da República Portuguesa (CRP) refere no artigo 81 alínea a) que incumbe prioritariamente ao Estado **promover o aumento do bem-estar social e económico do povo, em especial das classes mais desfavorecidas**;

De acordo com a lei dos serviços públicos - Lei 23/96 de 26 julho - republicada por diversas alterações subsequentes, foram criados no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais, nomeadamente **serviços postais** - alínea e) do n.º 1 do referido diploma legal.

Um artigo de opinião publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos define serviço público como o conjunto de atividades e tarefas destinadas a satisfazer necessidades da população. Esses serviços são normalmente prestados por entidades de natureza pública, mas também podem ser assegurados por entidades de natureza privada ou mista, **sob fiscalização do Estado**.

A Constituição obriga o Estado a assegurar diferentes serviços públicos, desde aqueles que se referem a áreas de soberania do Estado (defesa, segurança e justiça) à prestação de cuidados de saúde, segurança social, disponibilização de escolas, e o próprio serviço de rádio e televisão. A qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, exige ainda que se garanta a prestação universal de certos serviços básicos, como energia, transportes e telecomunicações, seja a cargo dos próprios poderes públicos, seja por empresas privadas que se obrigam a fornecê-los.

Segundo a mesma publicação existem critérios de qualidade definidos não só para os serviços e organismos da Administração, mas também para a generalidade dos serviços públicos considerados essenciais. No caso dos serviços postais a entidade reguladora responsável é a ICP - ANACOM, sendo esta a responsável pela supervisão das normas de qualidade dos serviços públicos essenciais, pelo que o consumidor, sempre que tiver um problema, deve informar se junto desta antes de iniciar outros procedimentos.

Por tudo o que aqui foi, entretanto, apresentado e recorrendo ainda ao artigo 81 da CRP o estado deve eliminar e impedir a formação de monopólios privados, através de nacionalizações ou de outras formas, bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral.

Parece-me pelos dados apresentados que a privatização se tornou um duplo problema para os cidadãos portugueses, do ponto vista operacional pela deterioração do serviço prestado, aumento dos preços, atrasos nos envios, e pelo facto de que enquanto empresa pública os lucros gerados eram um pouco de todos nós, assim enquanto empresa privada os lucros distribuem-se apenas pelos seus acionistas, contribuindo para a amplificação do poder financeiro dos grandes grupos e criação de lobby's.

*Ainda que no imediato esta não seja a derradeira solução, acredito que o atual executivo municipal com o voto unanime desta assembleia tem condições para apresentar ao XXI Governo de Portugal liderado por António Costa sobre a bandeira do Partido Socialista uma carta aberta mostrando que territórios de baixa densidade populacional como é o caso de Belmonte, necessitam **imperativamente de reversão da privatização dos CTT**, pois só dessa forma se poderá devolver à população a segurança de um serviço público que sirva todos sem discriminação do estatuto social.”*

Luís d'Elvas (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra para informar que vem aqui hoje para dar o seu testemunho enquanto eleito desta Assembleia Municipal, mas também quanto munícipe daquilo que é a sua indignação pessoal, mas também partidária de um partido que represento e daquilo que é o encerramento dos CTT e dos nossos serviços de correios em Belmonte.

A indignação dos deputados do PSD do círculo de Castelo Branco que, ainda esta semana protestaram junto do Governo o encerramento dos postos de correios de Belmonte, mas também dos restantes postos anunciados no distrito de Castelo Branco.

O deputado Manuel Frexes e Álvaro Batista, fizeram-me chegar hoje palavra de solidariedade, no sentido de transmitir à população do concelho de Belmonte, que além do protesto que já fizeram, se mantêm disponíveis para nos acompanhar em todas as ações reivindicativas que este concelho entenda por bem levar em frente.

Informa que não fica muito surpreso de ver aqui pouca população e, digo porque é porventura a primeira vez que ao longo de muitos anos que Belmonte é confrontado com uma perda de serviços.

E a população ainda não terá tomado consciência daquilo está a acontecer.

Como disse o senhor Presidente da Câmara e bem, hoje são os correios, por ventura amanhã será a Caixa Geral de Depósitos, não tarda estão a pedir que aluguem um barraco qualquer onde colocar um médico para servir os nossos doentes, não tarda encerram-nos os postos da GNR, enfim, isto é em catadupa importa desde o primeiro momento agir e reagir.

Os mais prejudicados com o fecho dos correios em Belmonte são os mais idosos, a população mais desfavorecida e, esses naturalmente a esta hora não podem estar aqui.

Fica uma primeira palavra que o PSD e eu próprio, estaremos aqui para o acompanhar em todas as ações adequadas para impedir o encerramento dos correios em Belmonte, como qualquer outro serviço que seja necessário a população, pelo que conte connosco, pois estaremos ao seu lado ultrapassando todas as divergências que neste caso não existem e estamos aqui para lutar ao seu lado.

Fruto do que são várias circunstâncias, um conjunto de cidadãos eleitos no executivo, na Assembleia Municipal, nas juntas de freguesia sejam confrontados com a primeira tentativa de em Belmonte se cortarem serviços e, é um marco histórico.

Não tenho nenhum orgulho em estar neste marco histórico, mas tenho certamente consciência que quando sair daqui e, quando este assunto terminar de ter feito tudo o esteve ao meu alcance para impedir que isso acontece-se e, portanto se o destino quis que eu hoje, tal como todos os outros eleitos estivessem neste momento, nesta posição certamente a minha voz far-se-á ouvir com os meus companheiros certamente para impedir que a população do concelho de Belmonte fique prejudicada com o corte de serviços.

Espero e tenho a certeza de que vamos estar a altura e, certamente saberemos honrar aquilo que foi o depósito dos cidadãos do seu voto de confiança para impedir que os serviços sejam menosprezados.

Está consciente de que todos estão a altura e que não defraudaremos independentemente das forças partidárias, nem defraudaremos os eleitores.

O governo vai propagando um conjunto de medidas avulsas para que o Interior se vá calando com, mais uma medida para valorizar, mais uma medida para proteger, mas no fundo são só migalhas porque se é possível inscrever no Orçamento de Estado que se subsidiem os passes sociais de Lisboa e Porto é, possível certamente manter os posto de correios em Belmonte e portanto se é possível gastar milhões em subsidiar passes sociais, então olhem para nós e gastem uns trocos para manterem os posto de correios, o centro de saúde a GNR e todos os outros serviços que tanto nos fazem falta.

A resposta para um argumento económico só pode ser económico e portanto, para respondermos com eficácia aquilo que é provocação dos CTT, deve na sua opinião a autarquia e a junta de freguesia tomar igual medida e, na sua opinião o que apresenta é uma proposta de medida de corte de relações comerciais total com os correios e telecomunicações de Portugal.

Não podem os correios querer que a Câmara Municipal continue a trabalhar e as juntas continuem a trabalhar com os correios dando certamente dinheiro a ganhar aos correios e em troca fecham o posto de correios.

Portanto temos que ter a coragem de cortar relações comerciais porque é a única linguagem que os CTT neste momento entendem.

Além disso, devemos ainda anunciar aos CTT que a autarquia e junta não estarão disponíveis para fazer acordos comerciais com privados que venha a substituir os CTT.

Isto certamente vale o que vale, mas além de todas as diligências para a qual se disponibilizam desde já para acompanhar V. Exa. onde se pretenda, deve ser tomada medida de carater económico a uma medida que visa ser economicista

José Gonçalves (CDU) tomou a palavra para informar apresenta a sua intervenção que se transcreve:

“Tal como já tínhamos alertado, não temos varinhas mágicas nem bolas de cristal, e nestes casos nem gostaríamos de ter razão, mas era previsível, pois qualquer privatização de serviços públicos tem efeitos nefastos, são atos desastrosos para a população e para o Estado.

Neste caso, temos vindo a constatar a degradação do serviço postal, perda de receitas pelo Estado, entre outras, mas a mais visível é a distribuição não diária de correspondência (apenas o correio registado é entregue regularmente, mais um sinal de que apenas se visa o lucro e não um serviço social)

Num momento em que se fala tanto dos problemas do Interior, não é assim certamente, que os resolvem. Apenas os agravam.

A solução é a reversão da privatização dos CTT, não só pelo ato desastroso das privatizações de serviços públicos, mas também por falta de cumprimento do contrato. Mobilizar a população para que lute pela continuidade deste importante serviço, tão essencial para as camadas mais idosas.

Fruto, também da degradação na minha atividade profissional, sei por experiência própria que para ganhar algumas lutas e reaver outros direitos que nos roubaram, foi necessário ir para a luta. Não se ganharam todas, mas quem não luta, perde sempre. O Executivo pode contar sempre com a CDU, para estar presente na luta e apelar à população, para se unir, em defesa dos serviços públicos.”

Licínio Benedito (PS) tomou a palavra para informar que devemos unir forças, porque hoje rebentou-nos uma bomba, lançada a anos atrás pelo Governo anterior, tendo sido uma estratégia fantástica que rebenta no mandato seguinte.

Esta bomba rebentou hoje, será que alguém estava a espera de outra coisa.

Privatizaram os serviços de correios, esperávamos que os objetivos fossem melhorar o serviço.

Os CTT hoje em dia, nem sequer prestam serviços, encontram-se virados para uma atividade financeira, sendo que todas as pessoas já o entenderam.

O que nos resta agora é lutar, lutar juntamente com a Câmara Municipal, o seu executivo, mas acima de tudo lutarmos todos juntos.

Temos que mostrar aos CTT que afinal somos mais fortes do que aquilo que eles pensam e, é aqui que nos devemos unir para fazer frente aos correios, fará a comunicação social o favor de transmitir a nossa mensagem.

Podem sempre contar com o PS no que acharem importante por via judicial ou por via de entendimento.

Hoje contamos aqui com a presença do Dr. João Malhadas Teixeira, que poderá analisar as lacunas do contrato e tudo o que for juridicamente viável.

José Mariano Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, tomou a palavra para informar que o senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha poderá contar sempre com o seu apoio nesta luta com os CTT

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra informar que está bem patente nesta Assembleia Municipal e nas anteriores intervenções que precederam que têm a total oposição deste fecho anunciado da loja dos CTT de Belmonte.

É com muita indignação que recebemos esta notícia e que este eventual encerramento de um serviço, que serve aquilo que são o que consideramos os mais básicos interesses sociais da população de qualquer região deste país.

Assim como já foi transmitido disponibiliza-se para todo e qualquer iniciativa que o executivo, também a Assembleia Municipal por si, também a população queira eventualmente tomar sob o ponto de dar voz e transmitir aqueles que de alguma forma ainda nesta fase podem ter alguma capacidade e competência de reverter esta situação.

Fica aqui uma vez mais reiterada a nossa disponibilidade.

Contudo nesta breve intervenção, uma vez que foram aqui afloradas algumas questões sob o ponto de vista político, também de uma forma muito breve e muito rápida dizer porque é que chegamos a esta situação que neste momento nos confrontamos.

Convém termos memória daquilo que vai acontecendo neste país e provavelmente alguns já esqueceram que no dia 6 de abril de 2011, liderado pelo partido socialista, tendo seu Primeiro Ministro o eng.º José Sócrates, anunciou ao país

a necessidade de uma intervenção financeira por parte da Comunidade Europeia (CE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como consequência disso foi negociado por esse Governo do partido socialista (PS) um memorando que ficou conhecido pela "Troika", onde se comprometeu a um conjunto de medidas e de iniciativas que teriam de ser obrigatoriamente tomadas pelo país, recebendo em contrapartida 74.000 milhões de euros.

Foi na altura o que foi negociado pela "Troika", por José Sócrates o Governo do partido socialista (PS), para Portugal não cair em banca rota, e nesse conjunto de medidas desse memorando da "Troika" muitas das iniciativas que aí estavam contidas eram nomeadamente nacionalizações em transporte, energias comunicações.

É neste contexto que é negociada a privatização dos CTT. Mais tarde tivemos eleições legislativas em 5 de junho de 2011, três meses depois.

Quem ganha essas eleições um Governo do partido social democrático (PSD), que teve a responsabilidade e a incumbência de cumprir e fazer cumprir aquilo que foi negociado pelo partido socialista (PS) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comunidade Europeia (CE).

Felizmente correu bem, com muito sacrifício e, todos nós recordamos o que sofremos e o que passamos para cumprir essas exigências para termos direito e poder reverter a dívida que todos nós sofremos na pele.

Fomos sofrendo progressivamente, já durante esse período com muitos fechos de serviços no Interior do país e em muitas regiões.

Na sequência de tudo isto também este processo e este problema sob o ponto de vista dos CTT.

A privatização dos CTT quando foi feita e negociada pelo Governo do partido social democrata (PSD) em coligação com o (CDS), foi feito debaixo de um acordo de concessão de privatização que inclui todo um conjunto de regras, de normas, exigências de indicadores que a empresa tem obrigatoriamente de cumprir.

Ainda recentemente, no final do ano passado na Assembleia da República houve um debate entre todos os partidos em que uma proposta do bloco de esquerda (BE) e do partido comunista português (PCP) se tentou novamente desencadear o processo de nacionalização dos CTT.

O partido socialista (PS) também conjuntamente com o partido social democrático (PSD) e com o (CDS), opôs-se a essa nacionalização de novo.

Portanto aqui neste aspeto, todos estamos sob o ponto de vista envolvidos e com responsabilidade nesse processo, mas também nessa altura ficou muito claro que era forçoso criar e fazer ver às entidades que são responsáveis por fiscalizar esse contrato de concessão.

A ANCOM (Autoridade Nacional de Comunicações), mas o principal responsável por fiscalizar esse contrato de concessão é o Governo.

A degradação do serviço público que os CTT têm obrigação e responsabilidade de manter, não tem sido fiscalizado, não foi chamado a atenção até agora dos CTT que têm que cumprir as suas responsabilidades.

O estado não tem a responsabilidade de resolver tudo, tem é responsabilidade de fiscalizar e de ter a responsabilidade de chamar a atenção e de fazer cumprir aquilo que é negociado com o estado.

Neste caso que está a falhar também de uma forma muito significativa é o Governo, é o Primeiro Ministro António Costa.

Aquilo que foi deliberado na Assembleia da República e que é responsabilidade do governo traga a público quais são as responsabilidades que os CTT neste momento não está a corresponder.

Para isso é necessário termos conhecimento em concreto do que consta nesse contrato de concessão.

Porque o que tem vindo a público é que não está lá previsto o encerramento destas estações de correios.

Estarão por trás deste encerramento medidas de caráter económico como é sabido, uma vez que é uma empresa privada que tem como objetivo o lucro.

A nossa responsabilidade é unânime, pelo que podem contar com a nossa disponibilidade para toda e qualquer iniciativa que seja necessária sob o ponto de vista de se dar a conhecer o nosso desagrado, a nossa indignação relativamente ao encerramento deste serviço.

2º Período de Intervenção dos Senhores Municípios;

O Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Municípios pelo que dá a palavra aos municípios interessados.

O Município Carlos Afonso informa que o encerramento dos CTT, nenhuma razão o justifica, sendo que o serviço prestado é sustentável, dando os CTT lucros ao estado.

Esta privatização é um roubo ao país e ao estado, uma vez que dão lucro e não prejuízo.

Estão os CTT a ceder aos interesses de privados.

Devemos estar unidos na defesa do serviço dos CTT, pois não é a primeira vez.

As Finanças não fecharam porque se consegui uma solução para as cá manter.

Aguardemos pela intervenção da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No seu entender a reversão é a solução para resolver este encerramento dos CTT.

O Município Germano Fernandes informa que ao longo destes anos viu o concelho crescer em diversas dinâmicas nomeadamente o Turismo.

Mentes iluminadas dos CTT enviam um emissário à Câmara Municipal de Belmonte com uma comunicação.

Reitera que o Interior não pode, nem deve estar esquecido.

Refere que no Litoral não fecham, uma vez que é onde se ganham as eleições.

Espera que se comunique aos CTT que não têm qualquer disponibilidade para aceitar o encerramento dos CTT.

Encerram escolas, centros de saúde, não podemos ficar admirados com este encerramento dos CTT.

O Governo não deu sinais, nem exemplos para o Interior.

Devem permitir a vinda de mais pessoas e até de estrangeiros.

O senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha agradece todas as palavras de apoio e solidariedade que deram e, que irão dar mais força para que o executivo tente lutar por todos os meios.

De seguida passa a ler um documento que redigiu com a sua equipa na Câmara Municipal e que ia apresentar para ser enviado ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro da Tutela, aos Senhores Deputados e até para o Senhor Presidente da República.

Informa que vais ser elaborado outro ofício para a Administração dos CTT em que não vai ser indelicado, vai unicamente perguntar se é verdade e se confirmam o encerramento dos CTT em Belmonte.

“O Interior precisa de pilares fundamentais que sustentem uma sociedade funcional e viva. Os CTT foram e são um destes pilares. Uma rede de ligação territorial, um serviço de proximidade, uma referência fundamental nas nossas terras.

Assim, os CTT são mais que uma simples empresa, são um serviço público, um serviço social. Ainda que o Estado não intervenha na sua gestão, é responsável pela fiscalização do serviço que presta aos cidadãos, pelo cumprimento da sua Missão.

Acredito que os responsáveis de um governo socialista percebem isto melhor que ninguém.

Como se explica às populações, que um concelho inteiro se verá totalmente privado de um serviço básico, de um serviço público? Como se explica que, em pleno séc. XXI, estejamos a regredir nos serviços sociais? Como se explica a um idoso que não lhe vão entregar a casa a encomenda dos filhos, e que não poderá levantar o seu vale de reforma? Isto é uma vergonha para a nossa Democracia. É ultraje ao interior e à coesão do território.

Por tal, apelo à urgente intervenção de V. Excelência no sentido de impedir o encerramento dos CTT em Belmonte, assim como em todas as sedes de concelho do nosso interior. É urgente uma superior intervenção política para que este serviço social seja assegurado.

Acompanhamos a posição da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses que exige a revogação da concessão do serviço postal nacional, dado que a empresa não cumpre o acordado com a entidade reguladora (ANACOM), ao “encerrar estações de correios em sedes de concelho.”

Acompanhamos a posição da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que também apela a uma posição de rejeição política ao encerramento das lojas CTT, considerando que são fundamentais para uma rede de serviços públicos.

Esta é uma posição unânime das forças deste concelho, pelo que esta carta será assinada pelas seguintes entidades...”

Dr. João Malhadas Teixeira tomou a palavra informar que percebe todas as posições, pés-embora, mas a acha que a terminologia está errada.

Juridicamente não é correto, tendo em conta a informação apresentada ao senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Dias Rocha.

A terminologia está errada.

“Sequestro” e não reversão.

No que diz respeito ao incumprimento do contrato com encerramento desta estação dos CTT, tem que analisar o contrato de concessão.

Informa que a sua ideia primária é que devemos ser prudentes.

Tem necessidade de verificar os documentos já que o contrato de concessão nada tem a ver com o que existe por exemplo em Caria, já que nessa localidade o que se criou foi um contrato de prestação de serviços com a Junta de Freguesia.

José Carlos Gonçalves (PPD/PSD.MPT) tomou a palavra informar que na eventualidade de vir a haver a transferência deste serviço, discorda com a ideia apresentada.

Após discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 18 votos a favor do texto a enviar aos diferentes órgãos, pelo que foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia informou que se vai fazer a aprovação da ata em minuta, passou-se à votação através de braço no ar.

A mesma foi aceite por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 23:20 horas, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário